



# BRASILPREV

Brasilprev Seguros e Previdência S.A.  
CNPJ nº 27.665.207/0001-31

## Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 Relatório da Administração

### Senhores Acionistas,

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, a Administração da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, Parecer dos Auditores Atuariais Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal, bem como do Relatório do Comitê de Auditoria.

### Cenário Econômico e o Mercado de Previdência

Ao longo do segundo semestre de 2021 o processo de imunização progrediu em vários países, permitindo que a economia global avançasse de forma mais efetiva na retomada da normalidade. Contudo, no final do período, a volatilidade dos mercados internacionais voltou ao radar, com o surgimento da variante Ômicron, o início do processo de redução de estímulos monetários por parte do Banco Central dos EUA e a intensificação de preocupações setoriais com a economia chinesa.

No Brasil, após a expansão acumulada de 6,5% do PIB no segundo trimestre de 2021, a economia desacelerou para 5,7% no acumulado até o terceiro trimestre, taxa bastante elevada diante da contração observada no ano anterior. A continuidade da flexibilização das medidas de distanciamento social e a vigência de estímulos de política econômica, ainda que em magnitude inferior ao observado até o primeiro semestre do ano, permitiram a retomada do consumo e dos investimentos, em um cenário de recuperação da geração de postos de trabalho.

Ao mesmo tempo, pressões inflacionárias globais e domésticas mantiveram-se presentes na segunda metade de 2021, refletindo a recuperação da demanda e restrições setoriais do lado da oferta, relacionadas a questões climáticas que afetaram a agricultura e à falta de insumos em algumas cadeias produtivas industriais. Assim, bancos centrais em todo o mundo mudaram seus discursos em relação aos juros baixos e, em alguns casos, o processo de normalização da política monetária foi iniciado. Nesse contexto, o Banco Central do Brasil avançou no processo de ajuste da política monetária, com a taxa Selic encerrando o ano em 9,25%.

Destá maneira, no Brasil e no mundo o tema fiscal continua como desafio relevante no médio prazo, em um cenário de ajuste das taxas de juros e de endividamento público em patamares mais elevados do que os verificados antes da pandemia.

De acordo com os dados do relatório da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprev) de dezembro de 2021, o crescimento do mercado de previdência aberta em arrecadação foi de 11,2% ante mesmo período de 2020 (R\$124,3 bilhões), totalizando R\$138,3 bilhões. Esse volume de crescimento se deu pela modalidade de produto Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), no qual a arrecadação atingiu o volume de R\$125,7 bilhões, crescimento de 11,8% quando comparado ao mesmo período de 2020 (R\$112,4 bilhões). Em paralelo, a modalidade Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) arrecadou R\$11,6 bilhões, crescendo 7,4% em relação ao mesmo período de 2020 (R\$10,8 bilhões). Em relação aos planos Tradicionais, a arrecadação atingiu o volume de R\$1,0 bilhão, crescimento de 11,1% quando comparado ao mesmo período de 2020 (R\$0,9 bilhão).

Em dezembro de 2021, as reservas da indústria atingiram R\$1.058,3 bilhões, registrando um incremento de 4,4%, se comparado ao mesmo período de 2020 (R\$1.013,4 bilhões).

### A Brasilprev

"Transformar o jeito como o brasileiro prepara o seu futuro, promovendo o desenvolvimento sustentável", é inspirada por esse propósito que a Brasilprev, líder e especialista em previdência privada, completou 28 anos de atuação.

Com sede em São Paulo, conta com a BB Seguros Participações S.A., subsidiária integral da BB Seguradora Participações S.A. que é braço de seguros, capitalização e previdência privada do Banco do Brasil ("BB"), e a PFG do Brasil Ltda., que compõe a Principal, uma das principais instituições financeiras dos Estados Unidos, como acionistas. Por ter essa estrutura organizacional, conta com a força das agências e canais digitais do BB como os principais meios de distribuição dos produtos.

Líder em ativos sob gestão, oferece planos de previdência privada para pessoas físicas e jurídicas, nas modalidades Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL). Atualmente atende cerca de 2,5 milhões de clientes, sendo 10,1% na carteira de planos empresariais e 89,9% em planos individuais, em que 31,21% pertencem ao segmento de crianças e adolescentes (júnior).

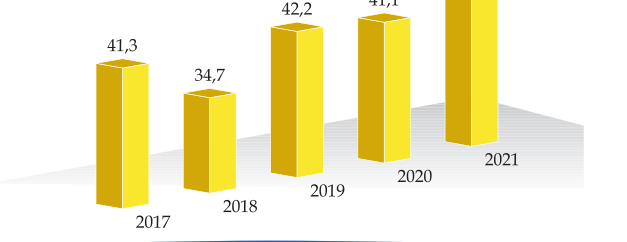
Para obter resultados sustentáveis, a Brasilprev coloca o cliente no centro de suas decisões e ações estratégicas, sempre fomentando uma cultura inovadora com o objetivo de proporcionar melhor experiência física e digital e mais eficiência nos processos operacionais, mantendo a atenção no protagonismo e na evolução do setor.

Além disso, a Brasilprev é signatária de acordos voluntários com foco em investimentos responsáveis, o que reforça o seu comprometimento em ampliar seu olhar para os impactos no meio ambiente, no desenvolvimento social e na governança (ASG) nos investimentos que realiza. Dentre eles estão os Princípios para o Investimento Responsável (PRI, na sigla em inglês), a Declaração sobre Títulos Verdes e o Carbon Disclosure Program (CDP).

Abaixo alguns indicadores que comprovam o bom desempenho da empresa no acumulado até dezembro de 2021, em comparação ao mesmo período de 2020:

- ✓ As receitas dos planos de previdência atingiram a marca de R\$45,8 bilhões, representando um crescimento de 11,5% frente ao mesmo período de 2020, mantendo a empresa em primeiro lugar entre as seguradoras no ranking de arrecadação total.

### Receitas Previdenciárias (R\$ Bilhões)

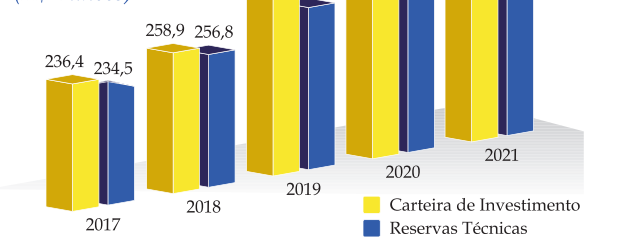


A carteira total de investimentos apresentou crescimento anual de 2,2%, totalizando R\$318,2 bilhões.

Em relação ao disposto na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a Brasilprev declara possuir capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

- ✓ O saldo das reservas técnicas total evoluiu 1,6% em relação ao mesmo período de 2020, totalizando R\$313,2 bilhões. Quando se comparam os saldos das reservas técnicas com a carteira de investimentos, a disponibilidade da empresa supera em R\$5,0 bilhões a necessidade de recursos para a cobertura dos eventos de aposentadoria, invalidez, pensão e pecúlio contratados.

### Carteira de Investimento e Reservas Técnicas (R\$ Bilhões)



### Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020		31.12.2021	31.12.2020
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
<b>Circulante</b>	<b>301.916.169</b>	<b>299.610.306</b>	<b>Circulante</b>	<b>35.147.879</b>	<b>34.800.107</b>
Disponível (nota 3b)	25.501	3.782	Contas a pagar	396.380	236.974
Caixa e bancos	25.501	3.782	Obrigações a pagar	49.065	47.497
Aplicações (nota 5)	301.078.049	298.927.131	Impostos e encargos sociais a recolher (nota 10)	179.951	152.362
Créditos das operações com seguros e resseguros	2.393	3.845	Encargos trabalhistas	11.606	12.001
Prêmios a receber	2.393	3.845	Impostos e contribuições (nota 11)	151.585	25.114
Créditos das operações com previdência complementar	698	548	Outras contas a pagar (nota 13)	4.173	-
Créditos de resseguros	698	548	Débitos de operações com seguros e resseguros	6.511	11.669
Títulos e créditos a receber	216.240	111.985	Prêmios a Resstituir	1	-
Títulos e créditos a receber	148.961	69.562	Operações com seguradoras	6.509	11.669
Créditos tributários e previdenciários (nota 19)	64.664	39.142	Corretores de seguros e resseguros	5.982	7.012
Outros créditos	2.615	3.281	Débitos de resseguros	395	817
Despesas antecipadas	3.305	6.433	Outros débitos operacionais	5.567	6.195
Custos de aquisição diferidos (nota 15)	589.983	556.582	Depósitos de terceiros (nota 12)	27.453	58.428
Seguros	565.253	532.686	Provisões técnicas - Seguros (nota 15)	29.191.651	29.238.770
Previdência	24.730	23.896	Pessoas	2	-
<b>Ativo não circulante</b>	<b>18.186.069</b>	<b>13.261.289</b>	Vida individual	2	-
Realizável a longo prazo	17.953.945	13.019.516	Vida com cobertura por sobrevivência	29.191.647	29.238.770
Aplicações (nota 5)	17.094.808	12.246.283	Provisões técnicas - Previdência complementar (nota 15)	5.509.299	5.247.254
Títulos e créditos a receber	53.185	36.809	Planos não bloqueados	5.509.299	5.247.254
Créditos tributários e previdenciários (nota 19)	40.833	25.751	Outros débitos	10.623	-
Depósitos judiciais e fiscais (nota 16e)	12.352	11.058	Débitos diversos (nota 7)	10.623	-
Outros valores e bens (nota 7)	42.930	-	<b>Passivo não circulante</b>	<b>279.120.921</b>	<b>273.743.021</b>
Custos de aquisição diferidos (nota 15)	763.022	736.424	Contas a pagar	547.849	-
Seguros	731.355	704.463	Outras contas a pagar (nota 13)	547.849	-
Previdência	31.667	31.961	Provisões técnicas - Seguros (nota 15)	230.650.475	227.244.871
Investimentos	75	75	Vida individual	13	-
Outros investimentos	75	75	Vida com cobertura por sobrevivência	230.650.462	227.244.871
Imobilizado (nota 8)	19.265	26.232	Provisões técnicas - Previdência complementar (nota 15)	47.865.705	46.479.371
Bens móveis	14.224	18.267	Planos não bloqueados	47.865.705	46.479.371
Outras imobilizações	5.041	7.965	Outros débitos	56.892	18.779
Intangível (nota 9)	212.784	215.466	Provisões judiciais (nota 16)	23.064	18.779
Outros intangíveis	212.784	215.466	Débitos Diversos (nota 7)	33.828	-
<b>Total ativo</b>	<b>320.102.238</b>	<b>312.871.595</b>	<b>Patrimônio líquido (nota 17)</b>	<b>5.833.467</b>	<b>4.328.467</b>
			Capital social	2.929.258	1.729.259
			Reservas de lucros	600.000	1.049.969
			Reservas de avaliação patrimonial	1.600	3.252
			<b>Total passivo e patrimônio líquido</b>	<b>320.102.238</b>	<b>312.871.595</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais, exceto o valor por ação)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reserva de lucros Legal	Reserva de lucros Estatutária	Ajuste de títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2020</b>	<b>1.402.270</b>	<b>16.399</b>	<b>280.453</b>	<b>1.581.260</b>	<b>3.818</b>	<b>-</b>	<b>3.284.200</b>
Aumento de capital em aprovação - AGO/E de 31/03/2020 e 30/12/2020	-	1.360.559	-	(310.590)	-	-	1.049.969
Aumento de capital aprovado pela SUSEP através da Portaria SUSEP/CGRAT nº 262 de 10/03/2020	-	(16.399)	-	-	-	-	-
Aumento de capital aprovado pela SUSEP através da Portaria SUSEP/CGRAT nº 672 de 21/12/2020	-	310.590	-	-	-	-	310.590
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	(566)	-	(566)
Dividendos pagos - RD de 14/01/2020, 18/02/2020, 17/03/2020, 14/04/2020, 19/05/2020, 16/06/2020, 14/07/2020 e 15/09/2020 (R\$279,02 por ação)	-	-	-	(638.968)	-	-	(638.968)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	912.004	912.004
Proposta para distribuição do lucro líquido:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	45.600	-	(45.600)	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	588.232	(588.232)	-	-
Dividendos pagos - RD de 11/08/2020, 15/09/2020 e 20/10/2020 (R\$ 91,60 por ação)	-	-	-	-	(209.765)	(209.765)	(209.765)
Juros sobre capital próprio pagos (R\$ 29,87 por ação)	-	-	-	-	(68.407)	(68.407)	(68.407)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.729.259</b>	<b>1.049.969</b>	<b>326.053</b>	<b>1.219.934</b>	<b>3.252</b>	<b>-</b>	<b>4.328.467</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>1.729.259</b>	<b>1.049.969</b>	<b>326.053</b>	<b>1.219.934</b>	<b>3.252</b>	<b>-</b>	<b>4.328.467</b>
Aumento de capital em aprovação - AGO/E de 25/06/2021	-	600.000	-	-	-	600.000	600.000
Aumento de capital aprovado pela SUSEP através da Portaria SUSEP/CGRAJ nº 217, de 21/06/2021	1.199.999	(1.049.969)	-	-	-	150.030	150.030
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	(1.652)	-	(1.652)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.008.791	1.008.791
Proposta para distribuição do lucro líquido:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	50.440	-	(50.440)	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	706.153	(706.153)	-	-
Dividendos pagos - CA de 29/12/2021 (R\$ 11,28 por ação)	-	-	-	-	(39.677)	(39.677)	(39.677)
Juros sobre capital próprio pagos (R\$ 59,79 por ação)	-	-	-	-	(210.323)	(210.323)	(210.323)
Dividendos a pagar	-	-	-	-	(2.198)	(2.198)	(2.198)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.929.258</b>	<b>600.000</b>	<b>376.493</b>	<b>1.926.087</b>	<b>1.600</b>	<b>-</b>	<b>5.833.438</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais)

#### 1 Contexto operacional

A Brasilprev Seguros e Previdência S.A. (doravante denominada por "Brasilprev" ou "Companhia") é uma empresa autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar com seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de benefícios de caráter previdenciário em todo território nacional. A Companhia é uma associação com gestão compartilhada entre o Grupo Banco do Brasil (49,99% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais) e o Principal Financial Group (50,01% das ações ordinárias). A Companhia, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob nº 27.665.207/0001-31, tem sede na Rua Alexandre Dumas, nº 1.671 - Chácara Santo Antônio - São Paulo, SP - Brasil. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 03 de fevereiro de 2022.

#### 2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

##### a) Declaração de conformidade

Em consonância à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apre-

sentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. As referidas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa e as respectivas notas explicativas.

##### b) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essa é a moeda do ambiente econômico em que a Companhia opera.

##### c) Base para mensuração

Os valores contidos nas demonstrações financeiras são expressos em Reais (R\$), arredondados em milhares, exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

##### d) Circulante e não circulante

Mensalmente a Companhia efetua a revisão dos valores inscritos no ativo e no passivo circulante, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores inscritos no ativo/passivo circulante. As Provisões Técnicas foram segregadas entre circulante e não circulante de acordo com os critérios indicados na nota 3l.

O resultado antes dos impostos e participações acumulado até dezembro de 2021 foi de R\$1.600,6 milhões, um crescimento de 10% em relação ao resultado antes dos impostos e participações do mesmo período de 2020.

O lucro líquido acumulado até dezembro de 2021 atingiu R\$1.008,8 milhões, um crescimento de 11% frente ao lucro líquido apresentado no mesmo período de 2020, que foi de R\$912,0 milhões.

Conforme prevê o Estatuto Social da Companhia, as políticas, fixação do prazo de pagamento, bem como o efetivo pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio são de competência do Conselho de Administração.

Os acionistas aprovaram aumento do capital social no montante de R\$800 milhões com emissão de novas ações. Tal ação se fez necessária pelo impacto atípico decorrente da forte alta do IGP-M sobre planos Tradicionais. A medida é decorrente de um evento extraordinário, e serve para garantir margens seguras na gestão desses planos. Com isso a Brasilprev assegura a solidez constituída por seus acionistas, BB Seguros e Principal, e reafirma seu compromisso e transparência com seus clientes. Adicionalmente, a Companhia efetuou a primeira emissão de debêntures subordinadas, não conversíveis em ações, realizadas nos termos da Instrução CVM nº 476/09, no montante de R\$550 milhões, composta por 550 mil debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais), com prazo de vigência de 5 anos. Tal emissão foi realizada para reforçar o capital da Companhia com o objetivo de suportar maiores variações no cálculo do capital mínimo requerido pelo órgão regulador. Assim sendo, a Brasilprev foi a primeira companhia regulada pela SUSEP a emitir dívida subordinada, conforme previsto na Resolução CNSP nº 391 de 2020.

### Reconhecimento

No ano de 2021, a companhia foi reconhecida por:

- ✓ **Marcas de Quem Decide:** a Brasilprev foi reconhecida como empresa líder na Preferência dos gestores de empresas e altos executivos do mercado gaúcho na categoria Previdência Privada, no prêmio Marcas de Quem Decide, do Jornal do Comércio RS. A companhia ainda foi a segunda colocada entre as empresas mais lembradas pelos executivos gaúchos (abril/2021).
- ✓ **Guia de Previdência Valor/FGV 2021:** a Brasilprev foi reconhecida como a melhor empresa do setor em 4 categorias na edição especial do Guia de Previdência Valor/FGV 2021. O estudo é realizado pelo jornal Valor Econômico em parceria com a FGV - Fundação Getúlio Vargas (nov/2021). Abaixo todas as categorias:
  - ✓ Melhor Gestora no período de 5 anos
  - ✓ Melhor Gestora no período de 7 anos
  - ✓ Melhor Gestora Previdência Data-Alvo
  - ✓ Previdência Balanceados de 15-30
- ✓ **Empresas Mais do Estado:** pelo segundo ano consecutivo a Brasilprev foi a primeira colocada do segmento de Seguradoras do Empresas Mais do Estado, premiação que avalia os critérios econômicos e a atuação de cada empresa nas áreas de Governança Corporativa e Inovação, apontando as empresas com melhor gestão e resultados do País. O ranking é criado pelo Estado e conta com os parceiros Fia e Austin Rating (nov/2021).
- ✓ **Great Place to Work:** a Brasilprev recebeu a certificação Great Place to Work (GPTW), referendada por uma consultoria global que apoia organizações a obter melhores resultados por meio de uma cultura de confiança, alto desempenho e inovação, certificando e reconhecendo os melhores ambientes de trabalho (dez/2021).

### Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes e acionistas pelo apoio e confiança que depositam em nossa administração, aos fornecedores pelo suporte fundamental que nos provém, à rede do Banco do Brasil pela dedicação na distribuição de nossos produtos, à Principal pelo constante apoio técnico, experiência e visão global dos negócios, e aos nossos colaboradores pelo indispensável comprometimento e empenho.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2022.

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais, exceto o Lucro líquido por ação)

	31.12.2021
--	------------



**Brasilprev Seguros e Previdência S.A.**  
CNPJ nº 27.665.207/0001-31

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais)**

**e) Reclassificação de Benefícios Retidos**  
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia revisou o critério de registro e divulgação dos Benefícios Retidos, de forma a apresentá-los líquidos dos Pagamentos Únicos, antes registrados em contas de variação de outras provisões técnicas, dessa forma, a demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi reclassificada para fins de comparabilidade.

**Demonstrações do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020**

	apresentado	Reclassificado	Reapresentado
(-) Variação de outras provisões técnicas	(192.304)	175.145	(17.159)
(+) Benefícios retidos	114.289	(175.145)	(60.856)

**3 Principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

**a) Apuração do resultado**  
É apurado pelo regime de competência, que no caso das receitas de planos previdenciários e seguros de vida com cobertura de sobrevivência, corresponde ao seu efetivo recebimento, tendo como contrapartida a constituição de provisões técnicas, exceto as receitas para cobertura de riscos nos casos de planos de previdência conjugados, as quais são registradas pelo período de vigência do respectivo risco, independentemente do seu recebimento. A receita de prêmios de seguros de riscos a decorrer é deferida pelo prazo de vigência das apólices de seguros, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos, com base nos riscos vigentes.

As rendas com taxa de gestão negociadas com os participantes, são calculadas às taxas estabelecidas contratualmente e partes e apuradas no resultado pelo regime de competência, obedecendo a data de fechamento do patrimônio líquido dos fundos. As receitas com taxa de carregamento negociadas com os participantes para os planos tradicionais são calculadas às taxas estabelecidas contratualmente e apropriadas ao resultado, obedecendo a data de ingresso nos planos contratados.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**  
A Brasilprev define como caixa e equivalentes de caixa, as disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos), considerados no balanço patrimonial na rubrica de "Disponível" e as aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias entre a data de aquisição e de vencimento e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e que não afetem a vinculação como ativos garantidores.

**c) Aplicações e instrumentos financeiros**  
Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, determinada no reconhecimento inicial. As categorias são as seguintes:

**I. Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período e apresentado no ativo circulante da Companhia.

**II. Títulos mantidos até o vencimento**

Ativos financeiros designados no momento da aquisição com esta classificação não são passíveis de negociação. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Companhia, de acordo com a maturidade do título e são avaliados pelo seu valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras, calculados com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos. De acordo com a regulamentação aplicável, os títulos que compõem as carteiras dos fundos exclusivos são classificados nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado" ou "mantidos até o vencimento", segundo instruções emitidas pelo colista exclusivo ao Administrador dos fundos.

**III. Títulos disponíveis para venda**

Ativos financeiros que não se enquadram em nenhuma das definições já citadas. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Companhia, de acordo com a maturidade do título. Os ajustes decorrentes de variações do valor justo, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são contabilizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização, pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários.

**IV. Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo, que não tenham sido designados como "disponíveis para venda" ou "a valor justo por meio do resultado" e são mensurados pelo valor justo. Compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Créditos das operações com previdência complementar" e "Títulos e créditos a receber".

**V. Instrumentos financeiros derivativos**

Os ajustes diários, positivos ou negativos, dos derivativos são apropriados ao resultado e registrados, respectivamente, na rubrica "Receitas financeiras ou Despesas financeiras".

**d) Análise do valor recuperável de ativos financeiros (impairment)**

A Brasilprev avalia a cada data de publicação do balanço, se os ativos estão deteriorados ou "impairred", tomando por base se o emissor ou devedor possui histórico de perdas e inadimplência, se é provável que a contraparte entre em concordata ou falência, ou não esteja cumprindo com os termos contratuais. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa, que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa, que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado, é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

**e) Custos de aquisição diferidos**

São compostos por montantes referentes a comissões e agenciamentos relativos à comercialização de planos previdenciários e seguros de vida com cobertura de sobrevivência. Esses montantes são diferidos por ocasião da emissão do contrato ou apólice e apropriados ao resultado, de forma linear, pelo prazo médio de expectativa de retorno do produto (36 ou 48 meses para planos de PGBL/VGBL e 12 meses para os planos tradicionais).

**f) Arrendamento Mercantil**

A Companhia avalia no início de cada contrato a existência de operações que transmitam o direito de controlar o uso de um ativo identificado, em um intervalo temporal, em troca de contraprestações, classificando-as como "arrendamento". A Companhia atua como "arrendatária" nos contratos vigentes, aplicando uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de valor imaterial. Os contratos contabilizados envolvem duas principais contas: i) Outros Valores e Bens que representam o direito de uso dos bens pelo intervalo temporal apurado; e ii) Débitos Diversos que é utilizado para reconhecer a dívida e registrar os pagamentos dos arrendamentos.

**g) Imobilizado**

Demonstrado pelo custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:

- Depreciação do imobilizado
- Bens móveis, equipamentos de informática e veículos: calculada pelo método linear, com base no custo histórico e depreciado às seguintes taxas anuais: bens móveis - 10% e equipamentos de informática e veículos - 20%.
- Beneficiárias em imóveis de terceiros: calculada pelo método linear, com base no custo histórico e prazo em conformidade com a vigência do contrato de locação do imóvel.

**h) Intangível**

Licenças de software e desenvolvimento de sistemas (projetos) adquiridos, são capitalizados com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e desenvolver projetos, e fazer com que eles estejam prontos para utilização. Esses custos são amortizados pelo método linear, durante o período de cinco anos. O intangível com vida útil definida é amortizado pelo método linear por 5 anos para montante atribuído à carteira, considerando sua projeção, e de 21 anos para o montante derivado da potencialidade de comercialização de produtos de previdência da Brasilprev na rede de agências do Banco Nossa Caixa. Tais agências já foram incorporadas pelo Banco do Brasil. O teste de *impairment* é realizado para a data-base de balanço anual com o objetivo de testar o valor total pago frente ao seu valor de recuperação, ou quando haja qualquer indicação de *impairment* ao longo do período.

**i) Passivos circulante e não circulante**

Representados por passivos financeiros, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em bases "pro-rata die") incorridas até a data-base das demonstrações financeiras.

**j) Outras contas a pagar**

Composto por debêntures reconhecidas inicialmente por seus valores de contratação, deduzidos dos respectivos custos de transação, e atualizados de acordo com as taxas de juros pactuadas.

**k) Resseguro**

A Brasilprev mantém contrato de resseguro com cobertura de catástrofe e excedente de responsabilidade das carteiras de morte e invalidez com a Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. Os percentuais ressegurados em relação ao total das carteiras são respectivamente, 3,4% e 6,6%. E um contrato em base de cota parte e excedente de responsabilidade da carteira do produto VGBL Conjugado com a Swiss Re Brasil Resseguros S.A. A Munich Re e a Swiss Re estão classificadas como resseguradoras local e apresentam *rating* AA - e Aa3, respectivamente.

**l) Provisões técnicas**

As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as notas técnicas atuárias e normas estabelecidas pelo CNSP e SUSEP. As provisões matemáticas relacionadas a planos de previdência representam o valor das obrigações sob a forma de renda por sobrevivência, renda por invalidez, pensão e pecúlio, determinadas mediante cálculos e premissas atuárias, efetuados de acordo com Notas Técnicas Atuárias e com a regulamentação vigente (Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores e Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores), nos regimes financeiros de capitalização, repartição de capitais de cobertura e repartição simples, respectivamente. A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foi iniciada e a provisão matemática de benefícios concedidos (PMBC) refere-se aqueles já em gozo de benefícios. Particularmente para os planos de previdência e seguros das modalidades PGBL e VGBL, a provisão matemática de benefícios a conceder representa o montante dos prêmios e contribuições aportados pelos participantes, acrescido dos rendimentos financeiros auferidos na aplicação dos recursos e deduzidos dos resgates e portabilidades realizados. Para os planos tradicionais, a provisão matemática de benefícios a conceder representa o montante das contribuições aportadas pelos participantes, líquido da taxa de carregamento, acrescido de juros e correção monetária garantidos conforme contrato e deduzidos dos resgates e portabilidades realizados. A provisão de prêmios não ganhos (PPNG), é calculada "pro rata die" em função dos riscos vigentes, bruta de resseguro e carregamento, e líquida de IOF. A provisão de sinistros a liquidar (PSL), é constituída pelo total dos sinistros e benefícios já avisados e ainda não regularizados até a data do balanço. A provisão de sinistros ocorridos e não avisados (BINR), é constituída com base na observação do comportamento histórico dos avisos de sinistros dos últimos 60 meses sendo bruta de resseguro para cobertura de risco de Previdência. Para as coberturas de risco do VGBL Conjugado é constituída com base nos percentuais definidos na Circular SUSEP nº 517/2015, dado que a Companhia não possui dados suficientes para definir uma metodologia própria. A provisão complementar de cobertura (PCC) é constituída quando for constatada insuficiência das provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação do Passivo, descrito na nota 3m. A provisão de excedentes financeiros (PEF) corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida, repassado aos contratos com cláusula de participação de excedente financeiro. As constituições e reversões da provisão de excedente financeiro, bem como os encargos financeiros creditados às provisões técnicas são apresentados na Demonstração do Resultado, na rubrica "Resultado financeiro". A provisão de despesas relacionadas (PDR), é constituída para o custeio das despesas referentes ao pagamento de benefícios tanto dos participantes já em fase de concessão de benefícios quanto daqueles que atingirão esta condição. A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) corresponde aos valores a serem regularizados junto aos clientes. A classificação do passivo em circulante e não circulante segue critérios diferentes de acordo com a finalidade de cada provisão. A provisão de benefícios a conceder segue a expectativa de fluxos de resgates e conversão de recursos em renda. A provisão de benefícios concedidos segue a expectativa de pagamento de benefício aos assistidos. A provisão de excedente financeiro é constituída para suportar obrigações cujo vencimento é superior a 1 ano. As demais provisões visam cobrir compromissos de curto prazo, ou seja, até 1 ano.

**m) Teste de adequação dos passivos (LAT - Liability Adequacy Test)**

Conforme requerido pelo CPC 11 e seguindo as regras e procedimentos instituídos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, semestralmente a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data-base do cálculo. Este teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11 e a referida Circular, deduzidos dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros. Para a realização do teste, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerenciado em conjunto pela Administração. A metodologia utilizada considera as melhores estimativas correntes dos fluxos de caixa de todos os riscos assumidos até a presente data-base sendo brutos de resseguro, segregados em fluxos de prêmios e contribuições registradas a futuras, com as seguintes premissas:

- Prêmios e contribuições futuras, conversão em renda, resgates, despesas com pagamentos de benefícios futuros e cancelamentos baseados nas melhores práticas e análise da experiência histórica da Companhia com o período máximo de 5 anos conforme o estipulado no § 3º do artigo 47 da Circular SUSEP nº 543/2016; e
- Mortalidade e sobrevivência conforme o estipulado na Circular SUSEP nº 517/2015, pelas tábuas biométricas BR-EMs (construídas com a experiência do mercado segurador brasileiro), incrementadas pela melhoria contínua da expectativa de vida.

Os fluxos de caixas projetados são trazidos a valor presente segundo a Estrutura a Termo das Taxas de Juros - ETTJ alternativa de extrapolação denominada "Ultimate Forward Rate - UFR", aprovada pela SUSEP, conforme as respectivas garantias oferecidas nos contratos em vigor, e para a identificação de possíveis insuficiências são comparados com os valores contábeis dos passivos e ativos intangíveis. O teste de adequação de passivo realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2021 apresentou insuficiência total no montante de R\$1.907 milhões. A insuficiência reduziu em R\$2.061 milhões quando comparada com dezembro de 2020, principalmente influenciado pela variação da ETTJ. A insuficiência foi integralmente compensada, conforme estipulado no § 2º do artigo 52 da Circular SUSEP nº 543 de 2016, pela diferença entre o valor justo e o valor contábil dos ativos classificados como "mantidos até o vencimento" (nota explicativa nº 5). Esta diferença reduziu R\$2.489 milhões em relação a dezembro de 2020, por conta da variação da ETTJ. Conforme Ofício Circular Eletrônico nº 4/2019/SUSEP/DIR4/CGMOP, a metodologia de Estrutura a Termo das Taxas de Juros - ETTJ foi revisada pela SUSEP durante o ano de 2021, incluindo especialmente revisão na metodologia de extrapolação ("Ultimate Forward Rate" UFR) e revisão da curva de IGR-M (diante da baixa liquidez dos ativos disponíveis). O intuito da revisão dessa metodologia será definir uma única metodologia de ETTJ para ser utilizada por todo o mercado supervisionado a partir de janeiro de 2022. Até que fosse concluída a avaliação, a SUSEP determinou a divulgação do impacto quantitativo no Patrimônio Líquido e no Resultado da Companhia, caso fosse utilizada a ETTJ definida pela SUSEP. Assim sendo, não haveria impacto no Resultado e Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021.

**n) Contingências ativas e passivas**

As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis. Os detalhes relativos aos principais processos judiciais estão descritos na nota explicativa nº 16. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que sua realização de ganho seja considerada certa.

**o) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)**

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupo. Perdas por *impairment*, quando aplicável, são reconhecidas no resultado do período. De acordo com a política da Companhia, o teste de *impairment* é realizado anualmente considerando:

- (I) Carteira de clientes que possuam planos de previdência na antiga Mapfre Nossa Caixa Vida e Previdência (já amortizado); e
- (II) Exploração dos pontos de venda, representadas pelas agências do antigo Banco Nossa Caixa, nas quais são comercializados planos de previdência da Brasilprev.

O teste de *impairment* é realizado para a data-base de balanço anual, ou quando houver qualquer indicio de *impairment* no período. O resultado do teste realizado para a data base 31 de dezembro de 2021 não indicou evidências de perda por *impairment*.

**p) Imposto de renda e contribuição social**

Sobre o lucro do exercício, ajustado nos termos previstos na legislação fiscal, incidem o imposto de renda à alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável do ano excedente a R\$240, e a contribuição social à alíquota de 15%, durante os meses de janeiro à junho e à alíquota de 20% no período de julho a dezembro. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e estejam relacionados a imposto de renda e contribuição social lançados

**5 Aplicações**

	31.12.2021				31.12.2020			
	Valor de custo atualizado	Valor Justo	Ajuste a valor justo	%	Valor de custo atualizado	Valor justo	Ajuste a valor justo	%
<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>306.226.770</b>	<b>300.509.350</b>	<b>(5.717.420)</b>	<b>94,45</b>	<b>297.096.619</b>	<b>297.796.631</b>	<b>700.012</b>	<b>95,68</b>
<b>Fundos de Investimento Exclusivos - FIF</b>	<b>5.227.728</b>	<b>4.665.045</b>	<b>(562.683)</b>	<b>1,47</b>	<b>4.319.948</b>	<b>4.371.821</b>	<b>51.872</b>	<b>1,40</b>
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	14.996	14.480	(516)	-	15.330	15.346	16	-
Contratos DI Futuro	(21)	(21)	-	-	(101)	(101)	-	-
Debêntures	2.283	2.110	(173)	-	2.064	2.124	60	-
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	132.900	121.596	(11.304)	0,04	104.719	104.754	35	0,03
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	317.477	316.928	(549)	0,10	294.561	293.578	(983)	0,09
Lera Financeira (LF)	40.394	40.534	140	0,02	-	-	-	-
Letras Hipotecárias (LH)	-	-	-	-	58.351	59.070	719	0,02
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	3.324.547	2.807.132	(517.415)	0,88	1.166.438	1.217.791	51.353	0,39
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	252.003	226.132	(25.871)	0,07	4.563	5.149	586	-
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	99.742	92.939	(6.803)	0,03	48.374	48.461	87	0,02
Operação Compromissada	1.093.390	1.093.390	-	0,34	2.639.355	2.639.355	-	0,85
Contratos IPCA Futuro	329	329	-	-	-	-	-	-
Swap	(36.348)	(36.348)	-	(0,01)	-	-	-	-
Ações	490	490	-	-	-	-	-	-
Cotas de Fundos	13	11	(2)	-	-	-	-	-
Outros (*)	(14.557)	(14.557)	-	-	(13.706)	(13.706)	-	-
<b>FIFES vinculados a PGBL e VGBL</b>	<b>300.583.063</b>	<b>295.445.587</b>	<b>(5.137.476)</b>	<b>92,85</b>	<b>292.489.134</b>	<b>293.135.482</b>	<b>646.348</b>	<b>94,18</b>
Ações (*)	8.899.204	8.899.204	-	2,80	5.829.353	5.829.353	-	1,87
Cotas de Fundos	15.238.908	15.050.835	(187.973)	4,73	6.298.400	6.298.400	-	2,02
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	1.256	1.199	(57)	-	1.587	1.534	(53)	-
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	82.927	82.927	-	0,03	-	-	-	-
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	-	-	35.601	35.739	138	0,01
Contratos DI Futuro	(3.512)	(3.512)	-	-	(4.821)	(4.821)	-	-
Contratos Futuros de Ibovespa	12.881	12.881	-	-	(785)	(785)	-	-
Debêntures	8.466.058	8.446.041	(20.017)	2,65	4.577.622	4.499.125	(78.497)	1,45
Opções de Venda	3.210	3.210	-	-	299	299	-	-
Opção de Índice Bovespa	3.174	3.174	-	-	2.453	2.453	-	-
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	5.003.295	4.801.314	(201.981)	1,51	22.784.791	22.945.453	160.662	7,37
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	111.061.457	111.114.816	53.359	34,92	152.570.813	152.193.220	(377.593)	48,89
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	66.726.160	62.435.553	(4.290.607)	19,62	67.173.602	67.916.073	742.471	21,83
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	8.390.108	7.896.298	(493.810)	2,48	10.230.486	10.484.562	254.076	3,37
Operação Compromissada	64.123.647	64.123.647	-	20,16	9.224.838	9.224.838	-	2,96
Cotas de FDIC	367.661	296.843	(70.818)	0,09	239.099	205.874	(33.225)	0,07
Nota Promissória (NP)	280.526	280.983	457	0,09	74.159	73.152	(1.007)	0,02
Letra Financeira (LF)	11.005.631	11.078.980	73.349	3,48	13.158.825	13.136.631	(22.194)	4,22
Dólar Comercial Futuro	32.883	32.883	-	0,01	2.512	2.512	-	-
Contratos IPCA Futuro	(249)	(249)	-	-	(26)	(26)	-	-
Opção de Compra	3.343	3.343	-	-	(10.535)	(10.535)	-	-
Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	255.424	256.046	622	0,08	251.391	252.961	1.570	0,08
Contratos Futuros S&P	(1.043)	(1.043)	-	-	221	221	-	-
Outros (*)	630.214	630.214	-	0,20	49.509	49.509	-	0,02
<b>Carteira Própria</b>	<b>415.979</b>	<b>398.718</b>	<b>(17.261)</b>	<b>0,13</b>	<b>287.537</b>	<b>289.328</b>	<b>1.791</b>	<b>0,10</b>
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	52.727	47.530	(5.197)	0,01	55.277	52.375	(2.902)	0,02
Debêntures	52.101	48.015	(4.086)	0,02	18.561	19.110	549	0,01
Letras Hipotecárias (LH)	-	-	-	-	192.917	193.507	590	0,06
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	22.894	20.683	(2.211)	0,01	20.782	24.336	3.554	0,01
Cotas de Fundos	25.814	25.814	-	0,01	-	-	-	-
Letra Financeira (LF)	262.443	256.676	(5.767)	0,				



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais)

Detalhamento das aplicações por vencimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os vencimentos dos títulos estão distribuídos da seguinte forma:

	31.12.2021					Total
	Até 1 mês	Até 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos		
<b>Fundos de Investimento</b>						
<b>Exclusivos - FIF</b>	<b>1.042.986</b>	<b>1.853</b>	<b>646.518</b>	<b>11.446.942</b>	<b>13.138.299</b>	
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	-	-	5.245.977	-	5.245.977	
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-	116.941	6.092.778	6.209.719	
Operação Compromissada	1.093.390	-	-	-	1.093.390	
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	-	82.601	61.060	143.661	
Letra do Tesouro Nacional (LNTN)	-	-	121.596	-	121.596	
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	1.853	315.075	-	316.928	
Letra Financeira (LF)	-	-	-	40.534	40.534	
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	8.222	6.258	14.480	
Debêntures	-	-	2.110	-	2.110	
Contratos DI Futuro	-	-	(27)	6	(21)	
Contratos IPCA Futuro	-	-	-	329	329	
Swap	(36.348)	-	-	-	(36.348)	
Ações	490	-	-	-	490	
Cotas de Fundos	11	-	-	-	11	
Outros (*)	(14.557)	-	-	-	(14.557)	
<b>FIFES vinculados</b>						
<b>a) PGBL e VGBL</b>	<b>89.516.387</b>	<b>22.838.263</b>	<b>113.351.753</b>	<b>69.739.184</b>	<b>295.445.587</b>	
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	5.668.101	45.654.794	11.112.658	62.435.553	
Operação Compromissada	64.123.646	-	-	-	64.123.646	
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	-	3.096.610	4.799.688	7.896.298	
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	12.633.749	48.230.353	50.250.715	111.114.817	
Cotas de Fundos	15.050.836	-	-	-	15.050.836	
Nota do Tesouro Nacional (LNTN)	119.958	134.696	4.546.660	-	4.801.314	
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	1.199	-	1.199	
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	-	-	-	82.927	82.927	
Debêntures	8.788	617.875	4.858.806	2.960.572	8.446.041	
Ações (**)	8.899.204	-	-	-	8.899.204	
Cotas de FDIC	296.842	-	-	-	296.842	
Letra Financeira (LF)	373.839	3.485.655	6.886.266	533.220	11.078.980	
Opção de Venda	5.216	(2.006)	-	-	3.210	
Opção de Índice Bovespa	3.174	-	-	-	3.174	
Nota Promissória (NP)	-	-	280.983	-	280.983	
Contratos Futuros de Ibovespa	-	12.881	-	-	12.881	
Contratos DI Futuro	1	752	(3.651)	(614)	(3.512)	
Dólar Comercial Futuro	-	32.883	-	-	32.883	
Contratos IPCA Futuro	-	-	(267)	18	(249)	
Opção de Compra	4.665	(1.322)	-	-	3.343	
Dep. a prazo com Garantia Especial (DPGE)	-	256.046	-	-	256.046	
Contratos Futuros S&P	-	(1.043)	-	-	(1.043)	
Outros (*)	630.218	(4)	-	-	630.214	
<b>Carteira Própria</b>	<b>25.814</b>	<b>-</b>	<b>268.198</b>	<b>9.294.959</b>	<b>9.588.971</b>	
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	-	-	-	4.819.150	4.819.150	
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-	109.501	3.670.225	3.779.726	
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	24.845	22.685	47.530	
Debêntures	-	-	61.196	30.180	91.376	
Letra Financeira (LF)	-	-	72.656	752.719	825.375	
Cotas de Fundos	25.814	-	-	-	25.814	
<b>Total de Aplicações</b>	<b>90.585.187</b>	<b>22.840.116</b>	<b>114.266.466</b>	<b>90.491.085</b>	<b>318.172.857</b>	
(*) Representam caixa, valores a receber e a pagar dos fundos de investimentos						
(**) As ações estão representadas pelo valor justo						
	31.12.2020					Total
	Até 1 mês	Até 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos		
<b>Fundos de Investimento</b>						
<b>Exclusivos - FIF</b>	<b>2.684.359</b>	<b>347.214</b>	<b>507.614</b>	<b>8.236.944</b>	<b>11.776.131</b>	
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	-	259.332	-	4.213.530	4.472.862	
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-	68.736	4.001.630	4.070.366	
Operação Compromissada	2.639.355	-	-	-	2.639.355	
Letras Hipotecárias (LH)	-	59.070	-	-	59.070	
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	58.710	-	36.157	12.304	107.171	
Letra do Tesouro Nacional (LNTN)	-	28.818	101.248	-	130.066	
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	-	293.578	-	293.578	
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	7.990	7.356	15.346	
Debêntures	-	-	-	2.124	2.124	
Contratos DI Futuro	-	(6)	(95)	-	(101)	
Outros (*)	(13.706)	-	-	-	(13.706)	
<b>FIFES vinculados</b>						
<b>a) PGBL e VGBL</b>	<b>22.364.013</b>	<b>76.693.748</b>	<b>142.002.544</b>	<b>52.075.177</b>	<b>293.135.482</b>	
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	4.324.671	42.702.980	20.888.422	67.916.073	
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	35.739	-	-	35.739	
Operação Compromissada	9.224.838	-	-	-	9.224.838	
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	-	7.769.013	2.715.549	10.484.562	
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	58.018.909	67.308.946	26.865.365	152.193.220	
Cotas de Fundos	6.298.140	-	-	-	6.298.140	
Nota do Tesouro Nacional (LNTN)	-	9.828.401	13.117.052	-	22.945.453	
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	1.534	-	1.534	
Debêntures	127.452	182.965	2.785.792	1.402.916	4.499.125	

Estimativa de valor justo

A tabela a seguir demonstra a mensuração do valor justo por níveis:

	31.12.2021				31.12.2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>208.902.888</b>	<b>90.890.908</b>	<b>99.896</b>	<b>300.599.505</b>	<b>266.975.161</b>	<b>30.689.150</b>	<b>96.517</b>	<b>297.796.631</b>
<b>Fundos de Investimento Exclusivos - FIF</b>	<b>3.531.198</b>	<b>1.148.405</b>	<b>-</b>	<b>4.679.603</b>	<b>1.671.756</b>	<b>2.713.771</b>	<b>-</b>	<b>4.371.821</b>
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	14.480	-	14.480	-	15.346	-	15.346
Contratos DI Futuro	(21)	-	-	(21)	(101)	-	-	(101)
Debêntures	2.110	-	-	2.110	2.124	-	-	2.124
Letra do Tesouro Nacional (LNTN)	121.596	-	-	121.596	104.754	-	-	104.754
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	316.928	-	-	316.928	293.578	-	-	293.578
Letra Financeira (LF)	-	-	-	40.535	-	-	-	-
Letras Hipotecárias (LH)	-	-	-	-	-	59.070	-	59.070
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	2.807.132	-	-	2.807.132	1.217.791	-	-	1.217.791
Contratos IPCA Futuro	-	329	-	329	-	-	-	-
Swap	(36.348)	-	-	(36.348)	-	-	-	-
Ações	490	-	-	490	-	-	-	-
Cotas de Fundos	11	-	-	11	-	-	-	-
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	92.839	-	-	92.839	48.461	-	-	48.461
Operação Compromissada	-	-	1.093.390	1.093.390	-	2.639.355	-	2.639.355
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	226.132	-	-	226.132	5.149	-	-	5.149
Outros (*)	-	-	-	(14.558)	-	-	-	(13.706)
<b>FIFES vinculados a PGBL e VGBL</b>	<b>205.277.178</b>	<b>89.438.297</b>	<b>99.896</b>	<b>295.445.587</b>	<b>265.259.959</b>	<b>27.729.497</b>	<b>96.517</b>	<b>293.135.482</b>
Ações (**)	8.899.204	-	-	8.899.204	5.829.353	-	-	5.829.353
Cotas de Fundos	1.733.161	13.317.674	-	15.050.835	1.499.372	4.798.768	-	6.298.140
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	-	-	-	35.739	-	35.739
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	1.199	1.199	-	1.534	-	1.534
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	-	-	82.927	82.927	-	-	-	-
Contratos DI Futuro	(3.512)	-	-	(3,512)	(4,821)	-	-	(4,821)
Contratos Futuros de Ibovespa	12.881	-	-	12,881	(785)	-	-	(785)
Debêntures	8.346.145	-	99.896	8.446.041	4.402.608	-	96.517	4.499.125
Opção de Venda	3.210	-	-	3,210	299	-	-	299
Opção de Índice Bovespa	3.174	-	-	3,174	2.453	-	-	2,453
Letra do Tesouro Nacional (LNTN)	4.801.314	-	-	4,801,314	22.945.453	-	-	22,945,453
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	111.114.816	-	-	111,114,816	152.193.220	-	-	152,193,220
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	62.435.553	-	-	62,435,553	67.916.073	-	-	67,916,073
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	7.896.298	-	-	7,896,298	10.484.562	-	-	10,484,562
Operação Compromissada	-	-	-	-	9.224.838	-	-	9,224,838
Cotas de FDIC	-	-	-	-	205.874	-	-	205,874
Nota Promissória (NP)	-	-	-	-	280.983	-	-	280,983
Letra Financeira (LF)	-	-	-	-	13.136.631	-	-	13,136,631
Dólar Comercial Futuro	32.883	-	-	32,883	2.512	-	-	2,512
Contratos IPCA Futuro	(249)	-	-	(249)	(26)	-	-	(26)
Opção de Compra	3.343	-	-	3,343	(10,535)	-	-	(10,535)
Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	-	256.046	-	256,046	-	252.961	-	252,961
Contratos Futuros S&P	(1.043)	-	-	(1,043)	221	-	-	221
Outros (*)	-	-	-	-	49.509	-	-	49,509
<b>Carteira Própria</b>	<b>94.512</b>	<b>304.206</b>	<b>-</b>	<b>398.718</b>	<b>245.882</b>	<b>289.328</b>	<b>-</b>	<b>535.210</b>
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	47.530	-	47,530	-	52.375	-	52,375
Debêntures	48.015	-	-	48,015	-	19.110	-	19,110
Letras Hipotecárias (LH)	-	-	-	-	-	193.507	-	193,507
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	20.683	-	-	20,683	24.336	-	-	24,336
Cotas de Fundos	25.814	-	-	25,814	-	-	-	-
Letra Financeira (LF)	-	256.676	-	256,676	-	-	-	-
<b>Disponível para venda</b>	<b>43.361</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>43.361</b>	<b>47.736</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>47.736</b>
<b>Carteira Própria</b>	<b>43.361</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>43.361</b>	<b>47.736</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>47.736</b>
Debêntures	43.361	-	-	43,361	47,736	-	-	47,736
<b>Mantidos até o vencimento</b>	<b>19.759.441</b>	<b>529.083</b>	<b>-</b>	<b>20.288.524</b>	<b>18.486.970</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>18.486.970</b>
<b>Fundos de Investimento Exclusivos - FIF</b>	<b>10.160.541</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.160.541</b>	<b>10.367.812</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.367.812</b>
Letra do Tesouro Nacional (LNTN)	-	-	-	-	26.181	-	-	26,181
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	4.054.352	-	-	4,054,352	4.388.294	-	-	4,388,294
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	6.055.909	-	-	6,055,909	5.894.603	-	-	5,894,603
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)								

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais)**

**15 Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos**

	31.12.2021					
	PGBL	VGBL	Tradicionais (*)	Vida	Pessoas	Total
<b>Provisões técnicas</b>						
Matemática de Benefícios a Conceder	36.543.899	258.901.028	10.919.128	13	-	306.363.068
Matemática de Benefícios Concedidos	1.046.795	443.806	3.864.229	-	-	5.354.830
Excedente Financeiro	11	2	838.540	-	-	838.553
Resgates e Outros Valores a Regularizar	37.822	474.766	3.081	-	-	515.669
Sinistros a Liquidar	682	5.712	73.124	-	-	79.518
Despesas Relacionadas	9.832	16.795	16.182	-	-	42.809
Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR	-	-	14.156	2	1	14.159
Prêmios não Ganhos	-	-	8.523	-	-	8.524
<b>Total das provisões técnicas</b>	<b>37.639.041</b>	<b>259.842.109</b>	<b>15.735.963</b>	<b>15</b>	<b>2</b>	<b>313.217.130</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>56.345</b>	<b>1.296.608</b>	<b>52</b>	-	-	<b>1.353.005</b>
	31.12.2020					
<b>Provisões técnicas</b>						
Matemática de Benefícios a Conceder	37.581.945	255.549.397	9.354.309	-	-	302.485.651
Matemática de Benefícios Concedidos	826.214	347.408	3.068.729	-	-	4.242.351
Excedente Financeiro	1.728	916	743.148	-	-	745.792
Resgates e Outros Valores a Regularizar	46.046	568.286	564	-	-	614.896
Sinistros a Liquidar	746	2.779	51.203	-	-	54.728
Despesas Relacionadas	8.961	14.855	20.848	-	-	44.664
Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR	-	-	13.642	-	-	13.642
Prêmios não Ganhos	-	-	8.542	-	-	8.542
<b>Total das provisões técnicas</b>	<b>38.465.640</b>	<b>256.483.641</b>	<b>13.260.985</b>	<b>15</b>	<b>2</b>	<b>308.210.266</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>55.723</b>	<b>1.237.148</b>	<b>135</b>	-	-	<b>1.293.006</b>
	31.12.2021					
<b>Provisões técnicas</b>						
Matemática de Benefícios a Conceder	37.581.945	255.549.397	9.354.309	-	-	302.485.651
Matemática de Benefícios Concedidos	826.214	347.408	3.068.729	-	-	4.242.351
Excedente Financeiro	1.728	916	743.148	-	-	745.792
Resgates e Outros Valores a Regularizar	46.046	568.286	564	-	-	614.896
Sinistros a Liquidar	746	2.779	51.203	-	-	54.728
Despesas Relacionadas	8.961	14.855	20.848	-	-	44.664
Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR	-	-	13.642	-	-	13.642
Prêmios não Ganhos	-	-	8.542	-	-	8.542
<b>Total das provisões técnicas</b>	<b>38.465.640</b>	<b>256.483.641</b>	<b>13.260.985</b>	<b>15</b>	<b>2</b>	<b>308.210.266</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>55.723</b>	<b>1.237.148</b>	<b>135</b>	-	-	<b>1.293.006</b>
	31.12.2020					
<b>Provisões técnicas</b>						
Matemática de Benefícios a Conceder	37.581.945	255.549.397	9.354.309	-	-	302.485.651
Matemática de Benefícios Concedidos	826.214	347.408	3.068.729	-	-	4.242.351
Excedente Financeiro	1.728	916	743.148	-	-	745.792
Resgates e Outros Valores a Regularizar	46.046	568.286	564	-	-	614.896
Sinistros a Liquidar	746	2.779	51.203	-	-	54.728
Despesas Relacionadas	8.961	14.855	20.848	-	-	44.664
Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR	-	-	13.642	-	-	13.642
Prêmios não Ganhos	-	-	8.542	-	-	8.542
<b>Total das provisões técnicas</b>	<b>38.465.640</b>	<b>256.483.641</b>	<b>13.260.985</b>	<b>15</b>	<b>2</b>	<b>308.210.266</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>55.723</b>	<b>1.237.148</b>	<b>135</b>	-	-	<b>1.293.006</b>
	31.12.2020					
<b>Provisões técnicas</b>						
Matemática de Benefícios a Conceder	37.581.945	255.549.397	9.354.309	-	-	302.485.651
Matemática de Benefícios Concedidos	826.214	347.408	3.068.729	-	-	4.242.351
Excedente Financeiro	1.728	916	743.148	-	-	745.792
Resgates e Outros Valores a Regularizar	46.046	568.286	564	-	-	614.896
Sinistros a Liquidar	746	2.779	51.203	-	-	54.728
Despesas Relacionadas	8.961	14.855	20.848	-	-	44.664
Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR	-	-	13.642	-	-	13.642
Prêmios não Ganhos	-	-	8.542	-	-	8.542
<b>Total das provisões técnicas</b>	<b>38.465.640</b>	<b>256.483.641</b>	<b>13.260.985</b>	<b>15</b>	<b>2</b>	<b>308.210.266</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>55.723</b>	<b>1.237.148</b>	<b>135</b>	-	-	<b>1.293.006</b>
	31.12.2020					
<b>Provisões técnicas</b>						
Matemática de Benefícios a Conceder	37.581.945	255.549.397	9.354.309	-	-	302.485.651
Matemática de Benefícios Concedidos	826.214	347.408	3.068.729	-	-	4.242.351
Excedente Financeiro	1.728	916	743.148	-	-	745.792
Resgates e Outros Valores a Regularizar	46.046	568.286	564	-	-	614.896
Sinistros a Liquidar	746	2.779	51.203	-	-	54.728
Despesas Relacionadas	8.961	14.855	20.848	-	-	44.664
Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR	-	-	13.642	-	-	13.642
Prêmios não Ganhos	-	-	8.542	-	-	8.542
<b>Total das provisões técnicas</b>	<b>38.465.640</b>	<b>256.483.641</b>	<b>13.260.985</b>	<b>15</b>	<b>2</b>	<b>308.210.266</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>55.723</b>	<b>1.237.148</b>	<b>135</b>	-	-	<b>1.293.006</b>
	31.12.2020					
<b>Provisões técnicas</b>						
Matemática de Benefícios a Conceder	37.581.945	255.549.397	9.354.309	-	-	302.485.651
Matemática de Benefícios Concedidos	826.214	347.408	3.068.729	-	-	4.242.351
Excedente Financeiro	1.728	916	743.148	-	-	745.792
Resgates e Outros Valores a Regularizar	46.046	568.286	564	-	-	614.896
Sinistros a Liquidar	746	2.779	51.203	-	-	54.728
Despesas Relacionadas	8.961	14.855	20.848	-	-	44.664
Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR	-	-	13.642	-	-	13.642
Prêmios não Ganhos	-	-	8.542	-	-	8.542
<b>Total das provisões técnicas</b>	<b>38.465.640</b>	<b>256.483.641</b>	<b>13.260.985</b>	<b>15</b>	<b>2</b>	<b>308.210.266</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>55.723</b>	<b>1.237.148</b>	<b>135</b>	-	-	<b>1.293.006</b>
	31.12.2020					
<b>Provisões técnicas</b>						
Matemática de Benefícios a Conceder	37.581.945	255.549.397	9.354.309	-	-	302.485.651
Matemática de Benefícios Concedidos	826.214	347.408	3.068.729	-	-	4.242.351
Excedente Financeiro	1.728	916	743.148	-	-	745.792
Resgates e Outros Valores a Regularizar	46.046	568.286	564	-	-	614.896
Sinistros a Liquidar	746	2.779	51.203	-	-	54.728
Despesas Relacionadas	8.961	14.855	20.848	-	-	44.664
Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR	-	-	13.642	-	-	13.642
Prêmios não Ganhos	-	-	8.542	-	-	8.542
<b>Total das provisões técnicas</b>	<b>38.465.640</b>	<b>256.483.641</b>	<b>13.260.985</b>	<b>15</b>	<b>2</b>	<b>308.210.266</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>55.723</b>	<b>1.237.148</b>	<b>135</b>	-	-	<b>1.293.006</b>
	31.12.2020					
<b>Provisões técnicas</b>						
Matemática de Benefícios a Conceder	37.581.945	255.549.397	9.354.309	-	-	302.485.651
Matemática de Benefícios Concedidos	826.214	347.408	3.068.729	-	-	4.242.351
Excedente Financeiro	1.728	916	743.148	-	-	745.792
Resgates e Outros Valores a Regularizar	46.046	568.286	564	-	-	614.896
Sinistros a Liquidar	746	2.779	51.203	-	-	54.728
Despesas Relacionadas	8.961	14.855	20.848	-	-	44.664
Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR	-	-	13.642	-	-	13.642
Prêmios não Ganhos	-	-	8.542	-	-	8.542
<b>Total das provisões técnicas</b>	<b>38.465.640</b>	<b>256.483.641</b>	<b>13.260.985</b>	<b>15</b>	<b>2</b>	<b>308.210.266</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>55.723</b>	<b>1.237.148</b>	<b>135</b>	-	-	<b>1.293.006</b>
	31.12.2020					
<b>Provisões técnicas</b>						
Matemática de Benefícios a Conceder	37.581.945	255.549.397	9.354.309	-	-	302.485.651
Matemática de Benefícios Concedidos	826.214	347.408	3.068.729	-	-	4.242.351
Excedente Financeiro	1.728	916	743.148	-	-	745.792
Resgates e Outros Valores a Regularizar	46.046	568.286	564	-	-	614.896
Sinistros a Liquidar	746	2.779	51.203	-	-	54.728
Despesas Relacionadas	8.961	14.855	20.848	-	-	44.664
Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR	-	-	13.642	-	-	13.642
Prêmios não Ganhos	-	-	8.542	-	-	8.542
<b>Total das provisões técnicas</b>	<b>38.465.640</b>	<b>256.483.641</b>	<b>13.260.985</b>	<b>15</b>	<b>2</b>	<b>308.210.266</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>55.723</b>	<b>1.237.148</b>	<b>135</b>	-	-	<b>1.293.006</b>
	31.12.2020					
<b>Provisões técnicas</b>						
Matemática de Benefícios a Conceder	37.581.945	255.549.397	9.354.309	-	-	302.485.651
Matemática de Benefícios Concedidos	826.214	347.408	3.068.729	-	-	4.242.351
Excedente Financeiro	1.728	916	743.148	-	-	745.792
Resgates e Outros Valores a Regularizar	46.046	568.286	564	-	-	614.896
Sinistros a Liquidar	746	2.779	51.203	-	-	54.728
Despesas Relacionadas	8.961	14.855	20.848	-	-	44.664
Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR	-	-	13.642	-	-	13.642
Prêmios não Ganhos	-	-	8.542	-	-	8.542
<b>Total das provisões técnicas</b>	<b>38.465.640</b>	<b>256.483.641</b>	<b>13.260.985</b>	<b>15</b>	<b>2</b>	<b>308.210.266</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>55.723</b>	<b>1.237.148</b>	<b>135</b>	-	-	<b>1.293.006</b>
	31.12.2020					
<b>Provisões técnicas</b>						
Matemática de Benefícios a Conceder	37.581.945	255.549.397	9.354.309	-	-	302.485.651
Matemática de Benefícios Concedidos	826.214	347.408	3.068.729	-	-	4.242.351
Excedente Financeiro	1.728	916	743.148	-	-	745.792
Resgates e Outros Valores a Regularizar	46.046	568.286	564	-	-	614.896
Sinistros a Liquidar	746	2.779	51.203	-	-	54.728
Despesas Relacionadas	8.961	14.855	20.848	-	-	44.664
Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR	-	-	13.642	-	-	13.642
Prêmios não Ganhos	-	-	8.542	-	-	8.542
<b>Total das provisões técnicas</b>	<b>38.465.640</b>	<b>256.483.641</b>	<b>13.260.985</b>	<b>15</b>	<b>2</b>	<b>308.210.266</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>55.723</b>	<b>1.237.148</b>	<b>135</b>	-	-	<b>1.293.006</b>
	31.12.2020					
<b>Provisões técnicas</b>						
Matemática de Benefícios a Conceder	37.581.945	255.549.397	9.354.309	-	-	302.485.651
Matemática de Benefícios Concedidos	826.214	347.408	3.068.729	-	-	4.242.351
Excedente Financeiro	1.728	916	743.148	-	-	745.792
Resgates e Outros Valores a Regularizar	46.046	568.286	564	-	-	614.896
Sinistros a Liquidar	746	2.779	51.203	-	-	54.728
Despesas Relacionadas	8.961	14.855	20.848	-	-	44.664
Sinistros Ocorridos e não Avis						



# BRASILPREV

**Brasilprev Seguros e Previdência S.A.**  
CNPJ nº 27.665.207/0001-31

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais)

**g) Risco operacional**  
O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição.  
A Brasilprev possui processo instituído para captura, classificação, avaliação e registro de riscos, controles, plano de ação e perdas operacionais, permitindo a obtenção do perfil de risco e identificação de melhorias assim como mantêm o monitoramento no processo de gestão de riscos corporativos junto a seus respectivos responsáveis.

**f) Risco legal**  
O risco legal consiste na possibilidade de perdas decorrentes da inobservância de aspectos legais que envolvam produtos, contratos firmados e obrigações regulatórias, fiscais, trabalhistas, societárias, comerciais, cíveis, penais e outras.  
Para a gestão do risco legal, o departamento jurídico da Brasilprev, além de atuar como consultoria e assessoria jurídica na elaboração de pareceres, revisão dos contratos e no desenvolvimento de produtos e serviços, faz a gestão do contencioso judicial e administrativo.  
A Brasilprev pauta sua conduta pelo respeito aos contratos e aos direitos de seus participantes, e dispõe de uma norma específica de *compliance* regulatório, por meio da qual a Companhia mantém-se em conformidade com toda a legislação e regulamentação aplicáveis.

**Impacto do Coronavírus (COVID-19) na Companhia**  
A decretação do novo Coronavírus como Pandemia, em março de 2020, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), resultou na adoção por diversos países, incluindo o Brasil, de políticas e procedimentos para assegurar a contenção do vírus, entre estas medidas o isolamento social e medidas sanitárias.

**Operação e controles internos**  
A Brasilprev, com o objetivo de mitigar os efeitos da pandemia do Coronavírus (COVID-19) e seguindo as orientações vigentes, acionou seu plano de contingência e constituiu um grupo multidisciplinar, composto por todas as Diretorias e assim estabeleceu diretrizes operacionais para o período de pandemia com o intuito de assegurar a preservação das pessoas e suas vidas (pilar primordial) e também para a continuidade do seu negócio dentro deste novo cenário, estabelecendo a ordenação e encadernamento das decisões ao teletrabalho de seus colaboradores e terceiros.  
Essas diretrizes contemplaram a transição ao teletrabalho de seus colaboradores e terceiros, com suporte de tecnologia e adequações de segurança, que permitiram a manutenção da operação e continuidade do negócio da Brasilprev ao longo deste período.  
No final do segundo semestre de 2021, estas diretrizes foram atualizadas para comportar a expectativa de retorno dos colaboradores ao ambiente físico de forma segura.

A Brasilprev mantém a observação aos indicadores existentes, acompanhando a evolução do cenário e ajustando necessidades em sua estratégia.  
A Brasilprev mantém sua estratégia para abordagem ao Coronavírus preservando a integridade de sua população e a sustentabilidade de seu negócio junto a seus clientes assim como o alinhamento às recomendações e medidas sanitárias cabíveis e aplicáveis, em conjunto com as orientações do Governo do Estado de São Paulo e às orientações e protocolos emanados pelo Ministério da Saúde.

**Cenário econômico**  
A aceleração do processo de vacinação no mundo tem mostrado uma alta correlação com a flexibilização de restrições à mobilidade e a consequente recuperação das economias. Porém, o surgimento de novas cepas de COVID-19 reforça a cautela com o cenário macroeconômico dos próximos meses. Em particular, a variante Ômicron, apesar de menos letal do que as anteriores, tem levado a números de contágio bastante elevados e em níveis recorde. Temas relacionados à inflação global e à consequente atuação dos bancos centrais, especialmente o Federal Reserve, também constituem fatores de risco a serem monitorados nos próximos meses.  
No Brasil, a taxa Selic alcançou o patamar de 9,25% no final de 2021, com a sinalização de altas adicionais, por parte do Banco Central, diante de pressões inflacionárias significativas. O IGP-M, principal índice dos preços ao produtor, apresentou alta de 17,8% no ano, impulsionado pelos preços mais altos de *commodities* industriais e agrícolas (IPA com alta de 20,6% no ano) e de construção civil (INCC com alta de 14% em 2021). Trata-se de uma desaceleração do índice geral em relação ao observado no ano anterior (alta de 23,1%). Já o IPCA avançou 10,06% no ano, superando o teto da meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

**21 Transações com partes relacionadas**  
A Companhia efetua operações com empresas integrantes do grupo financeiro liderado pelo Banco do Brasil S.A.  
As principais operações com essas empresas compreendem a administração da carteira de aplicações financeiras, cujos valores são registrados em "Despesas administrativas - Serviços de terceiros", a intermediação na venda de seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de previdência privada, envolvendo o pagamento de comissões, corretagens, agenciamentos, incentivos à venda e remunerações por outros serviços, os quais são registrados nas rubricas "Custos de aquisição".  
A Companhia também efetuou no exercício operações com o Principal Financial Group, as quais compreendem pagamentos a título de licença anual de uso e manutenção de *software*, reembolsos de convenções de vendas os quais foram registrados na rubrica "Despesas administrativas". Durante o exercício a Companhia remunerou seus Administradores, os quais são representados pelos Diretores Estatutários e Membros Titulares do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria.  
Os saldos patrimoniais e de resultados decorrentes de transações com essas empresas e com os Administradores estão demonstrados a seguir:

Partes Relacionadas	Ativo		Passivo		Resultado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
<b>Acionistas:</b>						
Grupo Banco do Brasil	64.543	19.327	(4.412)	(13.648)	(213.084)	(216.907)
Grupo Principal Financial	-	-	(863)	(723)	(5.964)	(3.450)
<b>Ligadas:</b>						
Administradores	-	-	(5.890)	(3.496)	(12.486)	(10.058)
Alelo S.A.	-	-	-	-	(41)	-
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	-	-	(406)	-	(12.053)	(10.804)

Partes Relacionadas	Ativo		Passivo		Resultado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
BB Corretora de Seguros e Adm. de Bens S.A.	76.507	28.641	(8.381)	(12.886)	(497.552)	(481.628)
BB Gestão de Recursos - Distr. de Títulos e Valor. Imob. S.A.	-	-	(723)	(466)	(6.837)	(29.295)
BB Tecnologia e Serviços S.A.	-	-	-	(523)	(225)	(3.613)
Brasilental Op. de Planos Odontológicos S.A.	-	-	-	-	(42)	(41)
BrasilSeg Companhia de Seguros	-	-	(48)	-	(586)	(571)
Ciclic Corretora de Seguros S.A.	-	-	-	(669)	(347)	(1.193)
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços	-	-	-	-	-	(328)
Fundação Banco do Brasil	-	-	-	-	-	(40)
Gestora de Inteligência de Crédito S.A.	-	-	-	-	(135)	-
Livelo S.A.	-	(5)	-	-	(11.365)	(9.232)
UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliário	-	-	2.151	-	(284)	-

**22 Benefícios a empregados**  
A Companhia é instituidora do Plano de Aposentadoria "Nosso Brasilprev", que concede complemento de aposentadoria para seus funcionários e diretores. As contribuições no exercício foram de R\$2.996 (R\$1.630 em 2020). Os benefícios para aposentadoria estão estruturados na modalidade de contribuição definida, e os benefícios de pensão e invalidez no regime financeiro de repatrição de capitais de cobertura.  
As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

**23 Outras informações**  
a) Os créditos tributários classificados no ativo não circulante referem-se a ajustes temporais de imposto de renda calculado à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 15% sobre as adições temporárias no cálculo dos tributos. Em junho de 2021, sobre parte das diferenças temporárias cuja realização prevista ainda para o ano-calendário de 2021, foi calculada a CSLL diferida a alíquota de 20%, com base na Medida Provisória nº 1.034 de março de 2021 que prevê majoração de 5% da CSLL para o segundo semestre do ano-calendário de 2021. Em dezembro de 2021, foi calculada a CSLL diferida a alíquota de 15%, pois a realização está prevista para o ano calendário de 2022 em diante.  
b) Principais produtos atualmente comercializados  
c) A comercialização vigente de produtos de vida com cobertura por sobrevivência (VGBL) e previdência complementar (PGBL) é efetuada principalmente com a tábua de sobrevivência denominada Experiência do Mercado Segurador Brasileiro (BR-EMS), com 0% de garantia de juros na fase de concessão de benefício, atualização anual do benefício pelo IPCA e 0% de taxa de carregamento.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria, Conselho de Administração e Acionistas da **Brasilprev Seguros e Previdência S.A.**

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.  
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**  
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.  
**Mensuração e registro das provisões técnicas**  
Conforme mencionado na nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2021, provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros e de previdência complementar no montante de R\$313.217.130 mil, representando 99,67% do total do passivo. Em função da representatividade dos saldos destas provisões técnicas em relação ao total do passivo da Companhia, da diversificação dos contratos de seguros e previdência complementar, do volume transacionado, e do uso de determinadas premissas no seu cálculo, incluindo algumas que envolvem julgamento da Diretoria, sendo as principais premissas utilizadas: taxa de desconto, tábua de mortalidade, taxa de permanência do participante, probabilidade de resgate, expectativa de aumento na longevidade, determinação do tipo de benefício na data da aposentadoria, e conversão em renda, consideramos as provisões técnicas como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria.  
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos critérios de provisionamento adotado pela Companhia; (ii) avaliação do desenho e testes de implementação e efetividade de controles internos chave relacionados ao processo de registro e mensuração de certas provisões técnicas de seguros e de previdência complementar, (iii) testes, em base amostral, de exatidão e integridade das bases de dados utilizadas nos cálculos das provisões técnicas atuariais; e (iv) envolvimento de nossos especialistas atuariais na revisão dos modelos e premissas atuariais utilizados; (v) recálculo, em base amostral, dos saldos de certas provisões técnicas; e (vi) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.  
Consideramos que os critérios, modelos e as premissas adotadas pela Diretoria para mensurar e registrar as provisões técnicas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras como um todo.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**  
A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.  
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.  
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

**Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**  
A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.  
Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.  
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.  
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, em nossas demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos, frequentemente, uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação aos responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2022

**Deloitte** Deloitte Touche Tohmatsu Carlos Claro  
Auditores Independentes Ltda. Contador  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 236588/O-4

## PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

A Diretoria, Conselho de Administração e Acionistas da **BrasilPrev Seguros e Previdência S.A.**

**Opinião**  
Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, descritos no anexo deste relatório, da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2021, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuarialidade - IBA e as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Responsabilidade da Administração**  
A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, descritos no anexo deste relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuarialidade - IBA e as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos atuários independentes**  
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados ao parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuarialidade - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.  
Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, descritos no anexo deste relatório. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuarial, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuarial considera que os controles internos da Companhia são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia.  
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2022

**Deloitte** Deloitte Touche Tohmatsu Felipe Fieri Amado  
Consultores Ltda. Atuarial  
CIBA 45 - CNPJ 02.189.924/0001-03 MIBA nº 2385

## Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

**Introdução**  
O Comitê de Auditoria da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, atuando de forma permanente e independente, com a finalidade precípua de avaliar e manifestar-se sobre a qualidade e integridade das demonstrações financeiras; a efetividade do sistema de controles internos e da Auditoria Interna; a atuação dos auditores independentes; as exposições de risco e a adequação das transações com partes relacionadas, de acordo com seu Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.  
É constituído por 3 (três) membros efetivos, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandatos anuais e renováveis até o máximo de 5 (cinco) anos.

Os administradores são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.  
A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos.  
A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e a Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. pela auditoria atuarial independente desse mesmo exercício.

**Principais atividades**  
O Comitê reuniu-se mensalmente, fez diligências e requisições de documentos e informações junto à Administração, gestores de riscos e controles e aos auditores internos e independentes. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Comitê. Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados às demonstrações contábeis, ao sistema de controles internos, processos contábeis, tributários, ambiente regulatório e de gestão de riscos e relativos a transações com partes relacionadas, bem como as ações em curso na Companhia. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Marvio Sarmiento Botelho  
Coordenador

Samir Soares dos Santos  
Membro

Oswaldo Roberto Nieto  
Membro

Daniela Ramos Scarin  
Secretária

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da Brasilprev Seguros e Previdência S.A., reunidos nesta data, depois de examinarem as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício de 2021, complementadas pelo Parecer sem ressalvas dos Auditores Externos Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., bem como aprovado pela Administração da Companhia (Diretoria, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração), manifestaram que, os referidos documentos, estão em condições de serem encaminhados para deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2022

Geraldo de Mello Junior - Presidente do Conselho  
Paulo Nobrega Frade - Membro Titular do Conselho  
Rodrigo Santos Nogueira - Membro Titular do Conselho

Saba Cordeiro de Monteiro Chagas Filha de Oliveira - Membro Titular do Conselho

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho de Administração  
Fausto de Andrade Ribeiro

Membros do Conselho de Administração  
Carlos Hamilton Vasconcelos Araujo  
Flávio Augusto Viana Rocha  
Luís Eduardo Valdeís Illanes  
Patrick Gregory Halter  
Roberto Andrés Walker Hiltshfeld  
Ullisses Christian Silva Assis

## DIRETORIA

Diretores  
Ângela Beatriz de Assis - Diretora-Presidente  
Camilo Buzzi  
Carlos Manuel de Oliveira Madureira  
Jorge Marino Ricca  
Luís Felipe Osorio Cepeda  
Nelson Ignacio Katz  
Ronaldo Simon Ferreira

Atuarial - Celina da Costa Silva - MIBA nº 622

Controladora - Rosângela Gouveia da Rocha - CRC - 1SP19782/O-7

